

TUDO OU NADA: EXPERIÊNCIAS INCONCLUSAS E PROPOSTAS INOVADORAS DE ANA MARIA CAMARGO

José Francisco Guelfi Campos¹
Pedro José de Carvalho Neto²

RESUMO

O artigo revisita algumas das experiências inconclusas de Ana Maria Camargo com arquivos pessoais. Embora não publicados, os resultados desses projetos sinalizam propostas inovadoras relativas à ampliação do conceito de arquivo e à metodologia de tratamento documental, ostentando as marcas imprimiu aos seus projetos e reflexões teóricas: a pretensão de exaustividade, o compromisso com o rigor, o arrojo metodológico e a opção por soluções radicais, levando os princípios e as práticas da arquivística às últimas consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos pessoais; tratamento documental; arranjo; descrição.

ABSTRACT

The article revisits some of Ana Maria Camargo's incomplete experiments with personal archives. While these projects remain unpublished, their outcomes propose innovative approaches towards expanding the concept of archives and redefining archival processing methodologies. These initiatives highlight the distinctive characteristics she infused into her projects and theoretical inquiries: a pursuit of exhaustiveness, a commitment to rigor, methodological audacity, and a

¹ Professor da Escola de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Diretor de Arquivos Institucionais da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi orientado por Ana Maria Camargo durante a graduação em História (2007-2011), o mestrado (2012-2014) e o doutorado em História Social (2014-2018), na Universidade de São Paulo. Interessa-se especialmente por arquivos pessoais, descrição e tipologia documental, temas sobre os quais vem publicando trabalhos no Brasil e no exterior. Contato: jfgcampos@ufmg.br.

² Mestrando em História Social na Universidade de São Paulo (orientando de Ana Maria até setembro de 2024). Bacharel e Licenciado em História pela mesma instituição; bacharel em Arquivologia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI). É tesoureiro da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Com Ana Maria Camargo, além do mestrado, realizou pesquisa de iniciação científica e trabalhou em instituições como Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) e Museu da Diversidade Sexual (MDS). Contato: pedro.jose.neto@alumni.usp.br.



preference for radical solutions, thereby pushing the boundaries of archival science to their utmost implications.

KEYWORDS: Personal archives; archival processing; arrangement; description.

Uma incansável organizadora de arquivos. Foi assim que o jornalista Diego Viana definiu a professora Ana Maria de Almeida Camargo, no título do belo obituário publicado em *Pesquisa Fapesp*, em novembro de 2023. Quem teve o privilégio de conviver com Ana Maria sabe bem que a definição faz jus à dedicação que devotou aos incontáveis projetos de arranjo e descrição de arquivos com os quais se envolveu ao longo de sua profícua trajetória intelectual, cujos produtos a credenciam, ao lado de Heloísa Bellotto, como uma das duas mais importantes referências da arquivística brasileira.

Algumas das experiências coordenadas por Ana Maria, no entanto, restaram inconclusas devido a impedimentos institucionais ou não tiveram seus resultados publicados devido ao (elevadíssimo) nível de rigor que Ana impunha a tudo aquilo que fazia. Não raro por um mero detalhe, ela abdicava de publicar um trabalho, ainda que ele ostentasse, como quase sempre acontecia, um potencial “bombástico” de inovação e de elevação do patamar das discussões teóricas no campo da Arquivologia. Com Ana Maria era assim: tudo ou nada.

Ambos os autores deste artigo foram seus orientandos e participaram de algumas de suas experiências inconclusas, as quais passamos em revista na intenção de sublinhar as marcas que Ana imprimiu a todos os seus projetos, quais sejam, a pretensão de exaustividade, o compromisso com o rigor, o arrojo metodológico e a opção por soluções radicais, levando os princípios e as práticas da arquivística – como ela mesma dizia – “às últimas consequências”.



AS EXPERIÊNCIAS

Laboratórios (ARQ-SP): Adoniran Barbosa e Julieta Telles de Menezes

Em 2010, Ana Maria concebeu um curso em formato diferente das tradicionais oficinas que a Associação de Arquivistas de São Paulo costumava promover, ao qual batizou "laboratório". A proposta, como tudo o que vinha de Ana, era arrojada: oferecer a um grupo de alunos a oportunidade de abordar, do zero, um arquivo pessoal – do reconhecimento preliminar à elaboração do instrumento de pesquisa. Pouco antes, Ana havia tomado conhecimento da existência de um volumoso conjunto documental então armazenado na residência do jornalista Alberto Helena Jr., em Ibiúna (SP).³ Tratava-se do arquivo de Adoniran Barbosa, figura emblemática da cultura paulistana, responsável, entre outros feitos, por eternizar o longínquo bairro do Jaçanã em seu célebre samba "Trem das onze".

Transportado para a sede da ARQ-SP, o arquivo se converteu em objeto da experiência didática encabeçada por Ana. Durante dez semanas, entre abril e maio de 2010, vinte pessoas, oriundas de diferentes áreas de formação e com os mais diversos níveis de intimidade com o campo da Arquivologia e com a arte de Adoniran, enfrentaram juntas o processo de organização dos documentos acumulados ao longo da trajetória do "poeta do Bixiga". Os primeiros encontros foram destinados ao estudo da biografia do titular do arquivo. Os livros de Ayrton Mugnaini Jr. (2002) e Celso de Campos Jr. (2009) serviram de base para a coleta de dados biográficos e eventos vivenciados por Adoniran, posteriormente sistematizados numa cronologia linear que

³ O histórico da custódia deste arquivo é sinuoso. Sabe-se que os documentos foram reunidos por Matilde, esposa de Adoniran. Após o falecimento do titular, Matilde conseguiu constituir uma espécie de memorial, que operou durante algum tempo na antiga sede do Banespa, no centro de São Paulo. Depois, o arquivo foi transferido para o Museu da Imagem e do Som, tendo então passado por procedimentos básicos de higienização e acondicionamento. Mudanças na Secretaria da Cultura e na gestão do museu implicaram o abandono do arquivo, que não chegou a ser descrito e disponibilizado ao público. Seu último paradeiro, antes do laboratório, foi a residência de Alberto Helena Jr., em Ibiúna. Após a realização do laboratório, o arquivo de Adoniran ainda permaneceu guardado na sede da ARQ-SP por um longo período. Cogitou-se, então, sua doação para o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, o que não se concretizou. Em outubro de 2017, foi transferido para uma sala no quinto andar da Galeria do Rock, sob responsabilidade do produtor de audiovisual Cássio Pardini. Desde então, a imprensa tem noticiado a realização de exposições do acervo. Uma das mais recentes dá conta de que objetos do sambista encontravam-se expostos, a título de decoração, num restaurante instalado no edifício do Farol Santander (DURVAL, 2022; MOREIRA, 2017).



cumpriria dupla função: por um lado, municiar o grupo com dados preliminares que facilitassem a identificação dos contextos originários dos documentos; por outro, uma vez completada com eventos extraídos a partir dos próprios documentos, serviria como eixo do instrumento descritivo do arquivo, dando origem a um inventário inovador em forma e conteúdo. Em paralelo, o grupo também tomou contato com a ficha de descrição, composta por um amplo leque de campos destinados à identificação dos elementos formais e contextuais dos documentos, a partir da qual Ana Maria introduziu os conceitos básicos da arquivística.

Completado esse ciclo introdutório, chegava o momento de finalmente começar a abrir as caixas de papelão em que os documentos haviam sido transportados. Dentro delas, pastas e mais pastas de extensa documentação textual e fotografias, além de discos e outros objetos bastante inusitados e encantadores: bicicletinhas, anéis, chaleiras, um trenzinho elétrico e até mesmo uma polenteira feitos de sucata, reveladores de uma das atividades menos conhecidas de Adoniran – a bricolagem. Parte da documentação se encontrava acondicionada em invólucros vindos do MIS, ainda em bom estado de conservação, os quais foram reaproveitados. Para outra parte do acervo, especialmente para os itens de vestuário, foram confeccionadas caixas sob medida, oferecidas por empresa parceira da ARQ-SP. Também os discos de vinil foram reacondicionados em invólucros especiais, dípticos confeccionados em papel de alta gramatura e com reserva alcalina que comportavam, em uma de suas bandas, o disco e, na outra, a capa.

Cada unidade de acondicionamento recebeu uma notação, isto é, um código de localização. A inovação consistia em estabelecer os códigos a partir dos formatos dos invólucros, de modo a garantir sua estabilidade ao longo do tempo e a máxima racionalização do uso do espaço no interior das estantes deslizantes em que o arquivo foi armazenado. Ana Maria era enfática: jamais atrelar a notação a referenciais que pudessem ser alterados com a passagem do tempo (como, por exemplo, a sala, a estante, a prateleira ou mesmo a caixa), o que resultaria na necessidade de reconfigurar os códigos de todo o arquivo em face de eventos circunstanciais. A notação, dizia ela, funcionava como uma espécie de CPF do documento, um número estável e permanente,



que o acompanharia durante toda a sua existência. Justamente por isso, defendia que a notação deveria ser estabelecida a partir do invólucro mais próximo do documento, cujo formato não se alteraria com o tempo, mesmo na necessidade de eventual substituição, e não deveria embutir qualquer significado ligado à identificação do tipo documental, da série ou qualquer outro sentido contextual atribuído aos itens. Basta codificar a unidade de acondicionamento, dada pelo tipo de invólucro⁴ (o que permite condensar, nas estantes, objetos de dimensões semelhantes, reduzindo drasticamente o espaço de acondicionamento), o número sequencial do invólucro no todo (de 1 a infinito) e a posição do item documental no interior da unidade em que se encontra acondicionado.

Quadro 1 - Exemplo do sistema de notação empregado na localização dos documentos no arquivo de Adoniran Barbosa

01.0005.02
<ul style="list-style-type: none">• 01: indica o tipo de invólucro “pasta de papel, utilizada para acondicionar documentos de formato variando entre A4 e Ofício”.• 0005: indica que se trata da 5ª pasta de tipo “01” no acervo.• 02: indica que se trata do 2º documento no interior do invólucro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A descrição dos documentos se deu privilegiando a abordagem unitária. Sem desconsiderar os elementos formais, geralmente mais fáceis de identificar, como o gênero, a forma, o formato e a técnica de registro, além dos descritores, representados, por convenção, pelos nomes próprios de pessoas e instituições que contribuísem para a identificação dos responsáveis pela produção e circulação dos documentos ou para sua contextualização, assumiam centralidade no projeto descritivo dois elementos-chave: o tipo documental e o contexto originário, plasmado no tipo de atividade ou evento que dava origem ao documento e sua especificação. Vale sublinhar a importância do trabalho de tipificação das atividades e eventos. Para além de subsidiar o controle de vocabulário e a produção de glossário auxiliar, dando transparência às convenções

⁴ Para tanto, é preciso padronizar os tipos de invólucros a serem utilizados no acondicionamento dos diferentes suportes e formatos, defini-los e codificá-los em lista auxiliar. Exemplo de uma lista auxiliar de tipos de invólucros e suas codificações pode ser visto em Camargo e Goulart, 2007, p. 119-120.



estabelecidas, esta atividade imprime consistência e padronização na delimitação das categorias classificatórias em torno da qual se estrutura o arranjo, permitindo estratificar a cronologia ou guiar sua consulta por meio de índices auxiliares que condensam eventos afins dispersos no tempo.

O arquivo de Adoniran foi inteiramente descrito no âmbito do laboratório e as atividades de revisão das fichas e alimentação da cronologia foram desenvolvidas posteriormente. O inventário, contudo, não chegou a ser divulgado, sobretudo porque o arquivo não tinha um destino definido. Como publicar um instrumento de pesquisa, se os documentos não poderiam ser consultados? À época, houve um movimento, por parte dos participantes do laboratório e da direção da ARQ-SP, no sentido de convencer Ana Maria de que se a publicação do inventário era inviável, a solidez da metodologia empregada justificava a edição dos resultados desta experiência sob a forma de um manual de organização de arquivos pessoais. A conclusão deste projeto, contudo, se desvaneceu no ar.

Em 2015, Ana Maria repetiria a experiência do laboratório. Dessa vez, escolheu um conjunto documental de dimensões bem menores, caracterizado pela parcela do arquivo da cantora lírica Julieta Telles de Menezes sob custódia do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.⁵ De modo geral, a descrição seguiu a metodologia aplicada no tratamento do arquivo de Adoniran Barbosa. Contudo, o caráter lacunar do conjunto documental e a impossibilidade de, a partir dele próprio, remontar ao espectro mais amplo das atividades e esferas de ação de sua titular, impuseram uma inovação importante: se a documentação custodiada pelo IEB-USP era incapaz de dar corpo a uma cronologia que representasse de maneira suficientemente abrangente a trajetória de Julieta Telles de Menezes, o inventário deveria reunir também as referências às demais parcelas do arquivo da artista, existentes nos acervos de outras instituições, a saber, o Museu da Moda Brasileira, a seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e o Centro de Documentação do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Além disso, o grupo empreendeu extensa pesquisa no material publicado na imprensa, a fim de reunir todo tipo de

⁵ O segundo laboratório reuniu 17 alunos. Teve início em abril de 2015 e durou sete semanas, com carga horária total de 56 horas.



material sobre a cantora publicado em jornais brasileiros, sul-americanos e europeus.⁶ A grande ousadia, neste caso, foi incorporar as cópias digitais do material jornalístico à parcela do arquivo custodiada pela USP, no sentido de completá-la, experimento que, alguns anos depois, levaria Ana Maria a propor um refinamento de sua proposta metodológica a partir da incorporação do campo “origem” à descrição do item documental, como se vê na experiência realizada com o arquivo de Claudia Wonder, descrita mais adiante, resultando em interessante dilatação da noção de arquivo sem abrir mão, contudo, da delimitação da proveniência dos diferentes estratos componentes do conjunto documental expandido.

Ainda que o instrumento de pesquisa não tenha sido publicado, o laboratório com o arquivo de Julieta Telles de Menezes deu origem a um relato de experiência apresentado no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul (DOLCI; OLIVEIRA, 2017) e foi recuperado, como estudo de caso, para fundamentar as reflexões de Campos (2016) a respeito das lacunas e dos silêncios dos arquivos pessoais em relação aos aspectos ligados à intimidade de seus titulares.

Erthos Albino de Souza (BBM-USP)⁷

Em meados de 2017, após a saída de José Francisco Guelfi Campos da coordenação do setor de arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP, Ana Maria foi convidada pelo então diretor da instituição, Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, a prestar consultoria na organização do acervo arquivístico, trabalho que já vinha sendo realizado segundo a proposta metodológica da abordagem contextual, método concebido para a descrição do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso (CAMARGO; GOULART, 2007). Naquele momento, o setor era

⁶ Para tanto, foram consultados os seguintes acervos: *O Estado de S. Paulo*, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Brasil), Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina) e Gallica (França).

⁷ Para detalhes a respeito da descrição e catalogação desse conjunto documental, ver Carvalho Neto; Souza, 2019 e Carvalho Neto, 2020.



composto por três estagiários, dentre eles, Pedro José de Carvalho, que ficaram sob responsabilidade de Ana⁸.

O desafio era organizar um conjunto inusual: documentos acumulados e produzidos pelo poeta e mecenas baiano Erthos Albino de Souza, amigo próximo da geração concretista paulista, essencialmente sua correspondência passiva e recortes de jornal sobre aquilo que lhe interessava (críticas, crônicas, reportagens sobre seus colegas). Tratava-se, assim, de um conjunto lacunar, incompleto; não era um arquivo pessoal que possibilitasse recontar sua trajetória de vida ou mesmo identificar e classificar suas áreas de atuação. O que havia eram, assim como os jornais, parques recortes de suas relações pessoais e de seus interesses.

Deste modo, impunha-se como primeira grande questão o próprio caráter do conjunto. Tratava-se de um arquivo pessoal? Um fundo? Uma coleção? O que por princípio seria um fundo - ou fragmento de fundo - ganhava no olhar de Ana um novo sentido, que deveria ser coerente com o caráter da instituição custodiadora. No caso, o conjunto havia sido comprado por José Mindlin, que posteriormente o doou para a USP. A proposta de Ana era considerá-lo não a partir de sua proveniência, mas como resultado de uma seleção operada por Mindlin a partir de seus interesses pessoais - no caso, a poesia brasileira. O que estava em jogo não era um conjunto orgânico, mas uma seleção de documentos feita sem critérios conhecidos, de acordo com os interesses de uma terceira pessoa, não aquela que originalmente os acumulou. Assim, atribuiu-se ao conjunto o estatuto de coleção, denominada a partir do movimento literário por ela representado: "Coleção Movimento Concretista".

O segundo - e maior - problema era definir a estratégia de tratamento a ser dispensada aos documentos. Na impossibilidade de aplicar a abordagem contextual, conforme o padrão da instituição, a sugestão de Ana foi pelo inusitado, na contramão daquilo que preconiza a teoria arquivística: descrever os documentos a partir de seu conteúdo. E a justificativa era óbvia: ao entender o conjunto não a partir de seu contexto de acumulação (feita por Erthos), mas sim pelo contexto de aquisição pela instituição

⁸ A equipe que trabalhou com o acervo foi primeiro formada por Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, e, posteriormente, por Pedro, Beatriz Helena Silva e Juliane Aparecida Santos, sempre sob supervisão de Ana Maria Camargo.



(feita por Mindlin), trabalhar os documentos pelo conteúdo justificava sua própria existência no acervo da BBM-USP.

A opção por uma abordagem conteudista resultou na produção de um catálogo da correspondência passiva de Erthos, tendo como referência o catálogo dos manuscritos da Coleção Lamego, elaborado por Arlinda Rocha Nogueira, Heloísa Liberalli Bellotto⁹ e Lucy Maffei Hutter (2002), modelo exemplar de descrição unitária por meio de verbetes cuja fórmula de redação se inicia pela espécie documental, seguida da identificação nominal das pessoas implicadas na produção e circulação do documento (no caso da correspondência, remetente e destinatário), pelo verbo no gerúndio para indicar a ação que originou o documento e seu assunto predominante, como no modelo abaixo:

Quadro 2 - Exemplo de verbete de carta recebida por Erthos Albino de Souza

Carta de Augusto de Campos a Erthos Albino de Souza, informando sobre o andamento de suas pesquisas referentes ao poeta Pedro Kilkerry; e noticiando o lançamento do livro *Panorama do Finnegans Wake*, de Augusto e Haroldo de Campos. São Paulo (SP), 26 de março de 1963. 1 f. Datilografada. Em anexo, envelope.

Descritores: Álvaro Kilkerry; Haroldo de Campos; Oswald de Andrade; Sousândrade.

1.1397.3

Fonte: Carvalho Neto, 2020.

Desta experiência, restou uma pendência: a publicação do catálogo, então preconizado por Ana Maria como algo único nos tempos atuais e que possibilitaria novos estudos e experiências na mesma linha. Embora a catalogação de todos os documentos

⁹ Vale destacar que à época desta experiência, a professora Heloísa Bellotto também desenvolvia atividades de consultoria junto à BBM-USP, trabalhando com os documentos que compunham a coleção Província Cisplatina.



tenha sido concluída, os índices necessários à estruturação do instrumento de pesquisa não chegaram a ser elaborados. Após o encerramento dos vínculos dos estagiários, a instituição não deu continuidade ao projeto.

Frequentemente, Ana Maria manifestava o interesse de retomar o projeto, na intenção de concluí-lo, o que, dado o acúmulo de outros trabalhos e prioridades, não chegou a se concretizar.

Claudia Wonder (Museu da Diversidade Sexual)

Todo mundo que se deparava com algum conjunto de documentos, especialmente com um arquivo pessoal, em alguma instituição com boa vontade de receber pesquisadores, tinha a mesma instintiva reação: convidar Ana Maria para organizar os documentos. Afinal, há algo de irresistível nesse tipo de acervo, que conclama experimentos únicos, laboratórios em que as ideias podem ser levadas às últimas consequências.

Foi assim que Ana formou uma pequena equipe no Museu da Diversidade Sexual (MDS), em São Paulo (SP), a convite de seu ex-aluno Leonardo Arouca, para descrever documentos pertencentes à artista e militante transsexual Claudia Wonder.¹⁰

A própria escolha do acervo tem algo a contar. Ana Maria tinha especial interesse por conjuntos referentes ao que ela chamava de “pessoas ordinárias” ou “pessoas comuns”, na esteira de certa corrente francesa com a qual tinha afinidade e cujo maior expoente no Brasil é o sociólogo José de Souza Martins. Claudia se encaixava nesse espectro por representar uma porção renegada da população, dificilmente representada nas instituições arquivísticas, mas que merece, como outros grupos, ter sua história contada e acessível. Como dizia Ana, é preciso dar espaço para outros tipos de pesquisa acadêmica em história que não aquela dos “grandes homens e seus feitos” – e, nesse sentido, brincava que não gostaria de ser lembrada como alguém que organizou

¹⁰ O grupo era formado por Ana Isabela Ferreira da Silva Mendes, Camilla Campoi de Sobral, Jorge Phelipe Lira de Abreu, Leonardo Arouca Porfirio da Silva, Mariana Soares Popperl e Pedro José de Carvalho Neto.



arquivos relacionados apenas a homens políticos de direita, como Plínio Salgado e Fernando Henrique Cardoso.

Como o Museu da Diversidade Sexual não é, por excelência, uma instituição dedicada aos arquivos e não havia uma política institucionalizada de tratamento documental, foi possível desenvolver ali um laboratório que iria desde o desenvolvimento do projeto descritivo, da montagem do banco de dados da instituição até a disponibilização pública dos documentos e a publicação de um inventário do conjunto. A partir de 2019, então, foram feitas reuniões semanais na sede administrativa do Museu, no Teatro Sérgio Cardoso, para definir os critérios do projeto.

Por se tratar de um acervo lacunar¹¹, era preciso garantir que todos os aspectos da vida de Claudia Wonder fossem representados de alguma forma, o que nos levou a empreender uma busca exaustiva em acervos digitais, principalmente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e nos acervos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, na expectativa de reunir material suficiente para, de certo modo, “completar” o acervo. Com isso, foram reunidos cerca de 350 novos documentos, acrescentados ao conjunto original e guardados, naturalmente, com uma devida separação.

A possibilidade de unir documentos acumulados pela titular com documentos reunidos pela equipe que estava tratando o conjunto foi possível graças à inclusão de um campo no projeto descritivo criado por Ana Maria intitulado “origem”. Este campo, utilizado pela primeira vez pouco tempo antes na Fundação Fernando Henrique Cardoso, possibilitaria a junção de fontes diferentes em um mesmo corpo de documentos, sem qualquer prejuízo aos princípios da teoria arquivística, uma vez que estariam preservadas a proveniência, a organicidade e a integridade do conjunto. Essa experiência inovadora do uso do campo “origem” foi definida por Ana Maria da seguinte forma:

Um dispositivo simples, na ficha descritiva, livrou-nos do falso dilema imposto pelas normas internacionais: o de escolher entre fundo e coleção. Passamos a utilizar o termo “acervo” para designar o novo conjunto de documentos, formado agora pelo arquivo propriamente dito e pelo

¹¹ O conjunto era, na verdade, uma reunião de itens diversos, sem critério de seleção aparente ou justificável, feita por amigos de Claudia antes de seu falecimento e posteriormente doados ao MDS: recortes de jornais, fotografias, uma pasta de papéis variados, exemplares de *G Magazine* (revista com a qual Claudia colaborou na condição de colunista), e uma mala com roupas.



noticiário que recortamos da imprensa. Qualquer outro elemento referencial que possamos ainda obter a propósito de Cláudia Wonder [...] ficará abrangido pelo conceito de acervo, que pode ser definido como tudo aquilo que representa a trajetória de Cláudia Wonder no tempo, independentemente de ter sido acumulado por ela ou pertencer a outra instituição de custódia. (CAMARGO, 2021a)

Por outro lado, evocando seu trabalho inacabado com o arquivo de Adoniran Barbosa, o resultado da organização dos documentos deveria ser uma cronologia da vida de Cláudia Wonder, com remissões aos documentos presentes no acervo. Ana propunha, para cada evento com participação da titular, um verbete completo, com a descrição da ação, a lista de participantes e as séries documentais relacionadas ao acontecimento, nomeadas a partir das espécies documentais, como no exemplo abaixo:

Quadro 3 - Exemplo de verbete da cronologia da vida de Cláudia Wonder

1988

15 a 19 de julho

Encena o conto *O pequeno monstro*, do escritor Caio Fernando Abreu, no espetáculo *Erótica: tudo pelo sensual*, no Teatro Ipanema, no Rio de Janeiro (RJ), sob a coordenação de Marco Fentanes, com a participação de Angela Dip, Lucia Barroso, Luciene Adami, Zambo Chacon, Marcelo Mansfield, Marcos Botassi, grupo XPTO e Wandí.

Crítica: 2-208, 2-209.

Reportagem fotográfica: 5-12.

Sinopse: 2-210, 2-211, 2-212, 2-213, 2-214, 2-234, 2-235, 2-266, 2-267

Fonte: CAMARGO, 2021a.

Apesar do avanço das discussões teóricas, da reunião de documentos complementares e dos testes da ficha descritiva, a descrição pouco avançou, uma vez que o trabalho teve que ser interrompido no começo de 2021 por conta da pandemia de COVID-19. Nesse meio tempo, o MDS passou por um processo de reestruturação que culminou na substituição de toda a gerência da instituição, o que fez, inclusive, que o



acervo de Claudia fosse realocado para outra instituição – dessa vez, uma organização privada sem fins lucrativos.

Em meados de 2022, por insistência de Ana e com o apoio do Prof. Dr. Ricardo Santhiago, coordenador do Arquivo da Memória Artística Brasileira (AMABILE), da Universidade Federal de São Paulo, foi tentada uma aproximação com a equipe responsável pelo acervo, que preferiu não dar continuidade ao tratamento do conjunto.

Joaquim Ignácio Baptista Cardoso (Fundação Fernando Henrique Cardoso)

Mesmo com o acúmulo de tarefas por conta da pandemia de COVID-19 e ainda na esteira da experiência frustrada com o acervo de Claudia Wonder, Ana reuniu pessoas para um laboratório a distância com um conjunto de documentos já conhecido da maior parte do grupo, o de Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, pertencente à Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC).¹²

Não se tratava, neste caso, de organizar um arquivo “do zero”, mas reunir novos documentos para um conjunto lacunar – a partir do conceito de “origem” já testado na experiência anterior e também utilizado pela FFHC –, aprimorar a descrição feita anteriormente, realizar a transcrição paleográfica dos documentos manuscritos e, principalmente, desenvolver uma cronologia que contasse, a partir dos documentos, os eventos da vida do titular, que havia sido um destacado político e militar da virada do século XIX para o XX e que participou ativamente da deposição de Dom Pedro II do posto de Imperador do Brasil.

Dos membros do grupo, Camilla Campoi, Pedro Carvalho e Renato de Mattos, já haviam trabalhado na FFHC e conheciam de perto o conjunto, tendo sido Renato, inclusive, o principal responsável pela organização desses documentos. A Judie Abrahim caberia a transcrição paleográfica dos documentos. Nos meses em que o trabalho foi realizado, foi possível coletar documentos digitais oriundos de jornais e iniciar as primeiras experiências de verbetes para a cronologia, conforme o exemplo abaixo.

¹² O grupo foi formado, sob a supervisão de Ana, por Camilla Campoi de Sobral, Judie Kristie Abrahim, Pedro José de Carvalho e Renato de Mattos.



Quadro 4 - Extrato selecionado da versão preliminar da cronologia da vida de Joaquim Ignácio Baptista Cardoso

Data	Evento	Contexto	Descritores	Documento	Notação	Fonte
1887.12.10	Viaja para a província de São Paulo.	Viagem		Nota	23/0000100	O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 10 dez. 1887, p. 2.
1896.08.14	Candidata-se ao cargo de deputado federal, pelo Partido Republicano Católico, em Goiás.	Eleições	Partido Republicano Católico (partido político)	Nota	23/0000107	O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 14 ago. 1896, p. 1.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A cronologia acima ostenta feições diferentes dos exemplos anteriores, justamente por se tratar de uma versão preliminar. No âmbito desta experiência, ela desempenhava dupla função: ao mesmo tempo em que reunia os elementos necessários para a redação dos verbetes que constituiriam a versão final do instrumento de pesquisa e dos índices que o complementariam (dados pelas colunas “evento” e “descritores”), também fazia as vezes de ficha descritiva, condensando as informações básicas que seriam, posteriormente, transpostas para o banco de dados da FFHC (colunas “documento”, “fonte”, “data” e “notação” e “descritores”).

Após cerca de um ano de trabalho (realizado totalmente de forma online), Ana optou por interromper a experiência, devido ao baixo nível de interesse dispensado pela instituição de custódia, considerando que o trabalho era feito voluntariamente por todos.



Ainda que não tenha havido aqui grandes proposições metodológicas como nas experiências anteriores, este último trabalho deveria funcionar como uma espécie de síntese do pensamento desenvolvido por Ana Maria acerca dos arquivos pessoais nas últimas duas décadas. Da utilização de uma abordagem contextual para descrição dos itens, passando pela acumulação de novos documentos e da utilização do conceito de acervo e finalizando com uma cronologia rigorosa sobre a vida do titular, como ela dizia, a realização deste trabalho era um legado que gostaria de deixar.

UM TRABALHO DE OURIVESARIA

A partir dessas experiências e de tantas outras que contaram com a participação de Ana Maria Camargo, não há ousadia em dizer que havia algo de radical em seu pensamento: a partir de um profundo conhecimento da teoria arquivística (mas também da história, do direito, da administração e das letras), ela era capaz de subverter a ordem e voltar a ela quando necessário. Há algumas características que podemos levantar da sua maneira de encarar o trabalho arquivístico.

Em primeiro lugar, destaca-se a sua habilidade de agregar pessoas. Muitos dos que participaram destas experiências descobriram, pelas mãos de Ana, uma vocação e constituíram suas carreiras como profissionais de arquivo, hoje atuantes na docência, em centros de memória ou em projetos autônomos. Assim, antes de historiadora e arquivista, era professora e as experiências que desenvolvia tinham sempre um caráter fundamentalmente formativo. Do estagiário ao professor universitário, sempre havia algo novo a ser ensinado e aprendido e todo encontro com ela se tornava, mesmo que involuntariamente, uma aula.

Cumpram também sublinhar um ponto de honra sempre defendido por Ana Maria: o compromisso com o rigor teórico e metodológico como valor fundamental no enfrentamento dos diversos casos inusitados que usualmente se apresentam no tratamento dos arquivos pessoais. Justamente por isso, ela abriu mão de publicar os resultados, ainda que parciais, de muitos de seus projetos, a despeito do potencial para



inspirar outras experiências e introduzir debates pioneiros no campo da teoria arquivística.

Ao convergirem para a descrição documental, todas essas experiências também evidenciam outra posição assumida por Ana Maria. Crítica contumaz da norma internacional de descrição arquivística, a ISAD(G), e de sua versão traduzida, a NOBRADE, Ana defendia a noção de “projeto descritivo”. Ora, se os arquivos são, por natureza, *únicos* em função de seus contextos de produção, qual o sentido de se almejar a constituição de quadros de arranjo e fichas descritivas pretensamente universais e aplicáveis a qualquer caso e em qualquer circunstância? Num cenário em que a descrição se reduziu ao mero preenchimento de um formulário padrão, Ana fazia questão de ir na direção oposta. Para cada arquivo uma abordagem, sempre alinhada com a natureza do conjunto documental, das atividades nele materializadas,¹³ de sua relação com o todo maior e mais amplo que conforma o acervo da instituição que responde por sua custódia. E engana-se quem pensa que sua repulsa às normas implicasse aversão à padronização: seus projetos descritivos preconizavam, via de regra, os campos de preenchimento controlado a partir de listas auxiliares minuciosamente elaboradas, representativas de seu zelo quase obsessivo pelo controle de vocabulário como meio de evitar ambiguidades e imprecisões terminológicas e conceituais.

O refinamento de sua proposta metodológica de descrição documental, alicerçada em uma abordagem “de baixo para cima”, isto é, do item à série, e na experiência com arquivos lacunares, desempenhou papel fundamental em outra inovação teórica, explorada em seus projetos, mas pouco sistematizada em sua bibliografia. Trata-se da ampliação do arquivo, conceito estruturante de nosso ofício, na direção de uma concepção mais dilatada, representada, na falta de termo mais adequado, pela palavra “acervo”: um todo caracterizado pela figura de seu titular, composto pelos documentos por ele acumulados e por tantos outros reunidos a partir

¹³ Ao delinear o projeto descritivo para o arquivo de Lina Bo Bardi, Ana Maria chegou a um nível de profundidade incomum, totalmente alinhado à complexidade da própria Arquitetura. As categorias classificatórias, demarcadas pelos tipos de atividades e eventos, podiam, a depender do caso, desdobrar-se em subatividades, contemplando, ainda, os elementos construtivos e as instalações e técnicas construtivas como elementos contextuais.



de exaustiva pesquisa. O exercício de buscar fontes complementares, empregado como meio de obter dados que permitissem a elaboração de uma cronologia minuciosa a ponto de flagrar os silêncios do arquivo em relação às atividades exercidas pelos seus titulares, ganhou, na percepção visionária de Ana Maria, um novo sentido, na medida em que passou a constituir um meio de expandir o conjunto documental, a ele incorporando documentos de diferentes procedências, sem que com isso se perdesse a dimensão do conjunto original, determinada por sua proveniência, devidamente consignada em um campo de origem acrescido ao projeto descritivo no nível do item documental.¹⁴

Por fim, havia no pensamento de Ana uma crítica severa aos usos políticos que poderiam ser feitos dos arquivos. Para ela, o trabalho em arquivo não deveria ser orientado por avaliações preconcebidas sobre os titulares; tampouco competiria ao arquivista ou às instituições de custódia tecer narrativas sobre essas pessoas, no intuito de enaltecê-las ou depreciá-las. Neste sentido, o compromisso do profissional de arquivo se circunscreve ao circuito fechado entre o documento e sua razão de ser, isto é, seu contexto originário, inequivocamente ligado ao princípio da proveniência. Só assim, defendia Ana, pode-se promover a polissemia dos arquivos, balizando o leque de questionamentos propostos pelos usuários no exercício de produção de conhecimento novo em suas áreas de especialidade (CAMARGO, 2003). A despeito do perfil dos titulares dos acervos com que trabalhou, Ana defendia, com exemplar clareza, embora pouco compreendida pelos estudiosos da área, a instrumentalidade dos arquivos, como o que se vê em seu provocativo ensaio “Arquivos não falam”, no qual afirma:

Dizer que o arquivo de Plínio Salgado não é neutro é, neste sentido, tão supérfluo e inadequado quanto dizer que ele é perigoso. O essencial é considerar que se trata de um arquivo e que tal condição (assegurada pelos procedimentos metodológicos preconizados pela teoria arquivística) oferece ao pesquisador algo de *sui generis* e único: a possibilidade de identificar o contexto que lhe deu origem (CAMARGO, 2015).

¹⁴ Neste sentido, vale a pena assistir à palestra proferida por Ana Maria no Seminário “Acervos documentais: entre fundo e coleção”, promovido pelo Museu Imperial e transmitido ao vivo pelo YouTube, em que apresenta a sua proposta de redefinição do conceito de acervo. Ver Camargo (2021b).



Duas frases emblemáticas, constantemente repetidas por Ana em palestras e conversas informais, mas nunca registradas em seus textos, dão o tom de sua forma de compreender a natureza da Arquivologia e as dimensões de seu objeto: “Nosso ofício é um trabalho de ourivesaria” e “O mundo não se divide entre fundo e coleção”. Apegada aos clássicos, mas, ao mesmo tempo, colocando em xeque os métodos e princípios consagrados da Arquivologia, fosse para contestá-los, fosse para reafirmá-los, arriscamos dizer que Ana Maria atingiu, em suas experiências práticas e reflexões teóricas, um nível de profundidade sem igual no campo dos estudos arquivísticos.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana: *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: iFHC, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, n. 1, p. 11-17, 2003.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais no mundo LGBT+: O caso Cláudia Wonder In: *Memorias del XIII Congreso de Archivología del MERCOSUR*. Paradigmas de los archivos en las políticas públicas. Montevideo, 21 al 25 de octubre de 2019. Montevideo: IMPO, 2021a.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Fundo ou coleção? In: *Seminário "Acervos documentais: entre fundo e coleção"*. Petrópolis [online], 7 de dezembro de 2021. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-bkBSkarD7E&t=2s>. Acesso em 29 abr. 2024.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. A lei, a ética e a divulgação dos arquivos pessoais. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 271-284.
- CAMPOS JR., Celso de Campos. *Adoniran: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2009.
- CARVALHO NETO, Pedro José de; SOUZA, Laiza Gomes de. Notas sobre a abordagem contextual em arquivos pessoais: a documentação de Guita Mindlin e Erthos Albino de Souza. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org). *Arquivos pessoais: novas reflexões, outras perspectivas*. São Paulo: ARQ-SP, 2019.
- CARVALHO NETO, Pedro José de. Revisitando a experiência da organização dos documentos de Erthos Albino de Souza. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org). *Arquivos pessoais: fronteiras*. São Paulo: ARQ-SP, 2020.
- DOLCI, Mariana de Carvalho; OLIVEIRA, Ricardo Godoi. Radiografia de uma experiência: o arquivo de Julieta Telles de Menezes. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*. São Paulo: ARQ-SP, 2017, p. 96-102, v. 2.
- DURVAL, Nathalia. Boteco 28 monta exposição com objetos pessoais de Adoniran Barbosa. *Guia Folha de S. Paulo*, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://guia.folha.uol.com.br/restaurantes/2022/12/boteco-28-monta-exposicao-com-objetos-pessoais-de-adoniran-barbosa.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2024.



MOREIRA, Delmo. Abandono, Galeria do Rock ou museu: para onde vai o acervo de Adoniran Barbosa? *GQ Brasil*, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://gq.globo.com/Cultura/Musica/noticia/2017/12/abandono-galeria-do-rock-ou-museu-para-onde-vai-o-acervo-de-adoniran-barbosa.html>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MUGNAINI JR., Ayrton. *Adoniran: dá licença de contar...* São Paulo: Ed. 34, 2002.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; HUTTER, Lucy Maffei. *Catálogo dos manuscritos: coleção Alberto Lamego*. São Paulo: IEB-USP, 2002.

VIANA, Diego. Uma incansável organizadora de arquivos. *Pesquisa Fapesp*, n. 333, nov. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-incansavel-organizadora-de-arquivos/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

